

AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE ANALGÉSICOS, ANTI-INFLAMATÓRIOS E ANTIMICROBIANOS DISPENSADOS PELAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE GERENCIADAS PELA FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA EVANGÉLICA (FUNEV)

EVALUATION OF ANALGESIC, ANTI-INFLAMMATORY AND ANTIMICROBIAL CONSUMPTION DISPENSED BY BASIC HEALTH UNITS MANAGED BY THE EVANGELICAL UNIVERSITY FOUNDATION (FUNEV)

EVALUACIÓN DEL CONSUMO DE ANALGÉSICOS, ANTIINFLAMATORIOS Y ANTIMICROBIANOS DISPENSADOS POR UNIDADES BÁSICAS DE SALUD GESTIONADAS POR LA FUNDACIÓN UNIVERSITARIA EVANGÉLICA (FUNEV)

Livia Vieira Essado Silva¹
Isadora de Assis Moraes Souza²
Francyara dos Santos Silva³
Maysa Alves da Silva⁴
Adriane Ferreira de Brito⁵

1

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo avaliar o consumo de analgésicos, anti-inflamatórios e antimicrobianos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) geridas pela Fundação Universitária Evangélica (FUNEV), com enfoque no uso racional de medicamentos. A pesquisa foi conduzida por meio da análise de dados de prescrição e dispensação registrados no ano de 2024 em sete UBS de Anápolis-GO, buscando identificar os medicamentos mais consumidos, os grupos farmacológicos predominantes e a aderência à Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). Os resultados demonstraram que os analgésicos constituíram a classe mais dispensada (48.074 unidades), destacando-se a dipirona e o paracetamol, seguidos pelos antibióticos (amoxicilina e cefalexina) e anti-inflamatórios (ibuprofeno e nimesulida). Conclui-se que o padrão de consumo reflete o alinhamento com as diretrizes do SUS e a RENAME, reforçando a importância do monitoramento contínuo para o planejamento da Assistência Farmacêutica e a promoção do uso racional na atenção primária.

Palavras-chave: Assistência Farmacêutica. Unidades Básicas de Saúde. Consumo de Medicamentos.

¹ Acadêmica do 12º período de medicina, Universidade Evangélica de Goiás.

² Acadêmica do 11º período de medicina, Universidade Evangélica de Goiás.

³ Acadêmica do 10º período de farmácia, Universidade Evangélica de Goiás.

⁴ Acadêmica do 10º período de farmácia, Universidade Evangélica de Goiás.

⁵ Docente dos cursos de Farmácia e Medicina, Universidade Evangélica de Goiás. Doutora em Ciências Biológicas.

ABSTRACT: This study aims to evaluate the consumption of analgesics, anti-inflammatories, and antimicrobials in Basic Health Units (UBS) managed by the Evangelical University Foundation (FUNEV), focusing on the rational use of medicines. The research was conducted through the analysis of prescription and dispensing data recorded in 2024 across seven UBS in Anápolis-GO, seeking to identify the most consumed medicines, predominant pharmacological groups, and adherence to the National List of Essential Medicines (RENAME). The results showed that analgesics constituted the most dispensed class (48,074 units), with dipyrone and paracetamol standing out, followed by antibiotics (amoxicillin and cephalexin) and anti-inflammatories (ibuprofen and nimesulide). It is concluded that the consumption pattern aligns with SUS guidelines and RENAME, reinforcing the importance of continuous monitoring for Pharmaceutical Care planning and rational use promotion in primary care.

Keywords: Pharmaceutical Services. Basic Health Units. Medicine Consumption.

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo evaluar el consumo de analgésicos, antiinflamatorios y antimicrobianos en Unidades Básicas de Salud (UBS) gestionadas por la Fundación Universitaria Evangélica (FUNEV), centrándose en el uso racional de medicamentos. La investigación se realizó mediante el análisis de datos de prescripción y dispensación registrados en 2024 en siete UBS de Anápolis-GO, buscando identificar los medicamentos más consumidos, los grupos farmacológicos predominantes y la adhesión a la Lista Nacional de Medicamentos Esenciales (RENAME). Los resultados mostraron que los analgésicos constituyeron la clase más dispensada (48.074 unidades), destacando la dipirona y el paracetamol, seguidos de los antibióticos (amoxicilina y cefalexina) y antiinflamatorios (ibuprofeno y nimesulida). Se concluye que el patrón de consumo refleja la alineación con las directrices del SUS y la RENAME, reforzando la importancia del monitoreo continuo para la planificación de la Atención Farmacéutica y la promoción del uso racional en la atención primaria.

Palabras clave: Servicios Farmacéuticos. Unidades Básicas de Salud. Consumo de Medicamentos.

INTRODUÇÃO

A Atenção Básica (AB), em consonância com os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS) nos quais ela é fundamentada, vem se consolidando como a principal estratégia do Estado brasileiro para reorientação da política de saúde no país, atuando como coordenadora do cuidado e eixo ordenador de toda a rede de atenção à saúde. Por meio da implantação do Programa Saúde da Família (PSF), em 1994, e de sua posterior expansão com a Estratégia Saúde da Família (ESF), ampliou-se e democratizou-se significativamente o acesso da população ao sistema público de saúde (SCOREL S, et al., 2007).

Nesse contexto, há, como subgrupo de um plano nacional maior, a Assistência Farmacêutica (AF), que tem como foco a garantia do acesso aos medicamentos, a promoção do

uso racional de fármacos e segurança e orientação dos pacientes, sofreu importantes mudanças no marco legal, no arcabouço institucional e em sua organização na última década. Tanto a Política Nacional de Medicamentos (PNM) quanto a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) têm como um de seus objetivos centrais assegurar o acesso equitativo da população aos medicamentos essenciais para as necessidades epidemiológicas de cada comunidade. (BRASIL, 1998; BRASIL, 2004). Uma das principais estratégias adotadas foi a definição dos municípios como os entes responsáveis diretos pela provisão desses produtos no âmbito da atenção básica, o que trouxe novos desafios de gestão local (OLIVEIRA LCF, ASSIS MMA e BARBONI AR, 2010).

A adesão das políticas públicas à assistência farmacêutica compõe um traço muito importante para que o SUS se comprometa com a integralidade do Cuidado, uma vez que os medicamentos são tecnologias em saúde indispensáveis, desempenhando papel relevante na redução do sofrimento humano, na cura de enfermidades, no prolongamento da vida e na prevenção de complicações. Apresentam uma elevada relação custo-benefício, e seu emprego adequado influencia positivamente a qualidade da atenção à saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Contudo, o uso inadequado ou indevido de fármacos acarreta sérios impactos negativos para o indivíduo, a coletividade e o sistema de saúde, configurando um problema global de saúde pública e reforçando a necessidade de pesquisas contínuas sobre os padrões de utilização (MOREIRA TA, et al., 2020).

O consumo de medicamentos é influenciado por diversos fatores, tais como a estrutura demográfica, o perfil de morbidade prevalente, características socioeconômicas e culturais, além das políticas governamentais direcionadas ao setor farmacêutico. O acelerado envelhecimento populacional no Brasil e o consequente aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis — como hipertensão arterial, diabetes mellitus, osteoartrite e depressão — têm impulsionado o crescimento do consumo de medicamentos no país (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), os medicamentos essenciais são aqueles que atendem às necessidades prioritárias de saúde da população, devendo ser selecionados com base em critérios de eficácia, segurança, qualidade e custo-efetividade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

A avaliação do uso de medicamentos na atenção primária possibilita analisar a qualidade da própria assistência à saúde oferecida pelo SUS. O acesso efetivo envolve não apenas a

disponibilidade física dos insumos no momento necessário, mas também a garantia de qualidade e a oferta de orientações adequadas para o uso correto, assegurando a segurança do paciente e a efetividade terapêutica (LEAL AAF, et al., 2023). Assim, este estudo objetiva analisar o consumo de analgésicos, anti-inflamatórios e antimicrobianos dispensados em Unidades Básicas de Saúde (UBS) geridas pela Fundação Universitária Evangélica (FUNEV) no município de Anápolis-GO, identificando os padrões de utilização e a adesão às diretrizes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME).

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, descritivo e observacional, focado na análise do consumo de medicamentos dispensados em sete Unidades Básicas de Saúde (UBS) gerenciadas pela Fundação Universitária Evangélica (FUNEV), no município de Anápolis-GO, durante o período de janeiro a dezembro de 2024. O trabalho buscou avaliar os padrões de prescrição e dispensação de três classes farmacológicas estratégicas: analgésicos, anti-inflamatórios e antimicrobianos.

As Unidades Básicas de Saúde incluídas no estudo foram: UBS Abadia Lopes, UBS Vila União, UBS Parque Iracema, UBS Pirineus, UBS Jardim Esperança, UBS Jardim Alexandrina e UBS Anexo Itamaraty.

4

A coleta de dados foi realizada a partir de relatórios oficiais consolidados fornecidos pela FUNEV, contendo registros anonimizados e estruturados de dispensação medicamentosa no período avaliado. A pesquisadora não teve acesso direto a dados identificáveis de pacientes, assegurando o cumprimento das normas de sigilo e confidencialidade. Foram incluídos na análise os dados de dispensação de medicamentos regularmente padronizados pela Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e disponíveis nas UBS participantes. Foram excluídos relatórios que apresentaram dados incompletos, inconsistentes ou referentes a dispensações excepcionais fora da rotina da atenção básica.

A amostragem foi definida de forma não probabilística por conveniência, condicionada ao acesso e à disponibilidade dos relatórios administrativos oficiais concedidos pela instituição gestora. Contudo, com o intuito de maximizar a representatividade dos achados no âmbito local, incluiu-se a totalidade dos registros válidos de dispensação gerados ao longo dos doze meses do ano de 2024 nas unidades avaliadas. Sob a ótica ética, a pesquisa foi conduzida em estrita

observância às diretrizes regulamentares para pesquisas envolvendo seres humanos, estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

O protocolo de pesquisa foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) via Plataforma Brasil. Por tratar-se de uma análise retrospectiva respaldada em banco de dados secundário e anonimizado, assegurou-se a confidencialidade e a privacidade das informações, dispensando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) sem prejuízo às garantias éticas dos sujeitos.

RESULTADOS

A análise dos dados de dispensação medicamentosa das sete UBS gerenciadas pela FUNEV no ano de 2024 revelou um volume total expressivo de consumo e um padrão uniforme entre as unidades avaliadas. Dentre todas as unidades, a UBS Parque Iracema registrou o maior volume geral de dispensação, seguida pela UBS Vila União, enquanto a UBS Abadia Lopes apresentou o menor volume de consumo.

Os analgésicos constituíram a classe farmacológica mais consumida em todas as unidades de saúde, apresentando médias mensais significativamente superiores às demais classes, com um total de 48.074 unidades dispensadas no ano. As UBS Alexandrina, Anexo Itamaraty e Jardim Esperança registraram valores intermediários (entre 1.500 e 1.700 unidades/mês), ao passo que a UBS Parque Iracema atingiu a maior média (3.800 unidades/mês) e a UBS Abadia Lopes a menor (880 unidades/mês). Os dados consolidados do consumo anual por classe farmacológica estão descritos na Tabela 1.

Tabela 1 - Consumo total mínimo, máximo e média de consumo anual de analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos nas UBS gerenciadas pela FUNEV no ano de 2024.

CLASSES FARMACOLÓGICAS	SOMA DO CONSUMO MÍNIMO	SOMA DO CONSUMO MÁXIMO	SOMA DA MÉDIA ANUAL
ANALGÉSICOS	8.083	48.074	16.173
ANTI-INFLAMATÓRIOS	1.104	8.974	2.770
ANTIBIÓTICOS	1.224	10.117	3.418

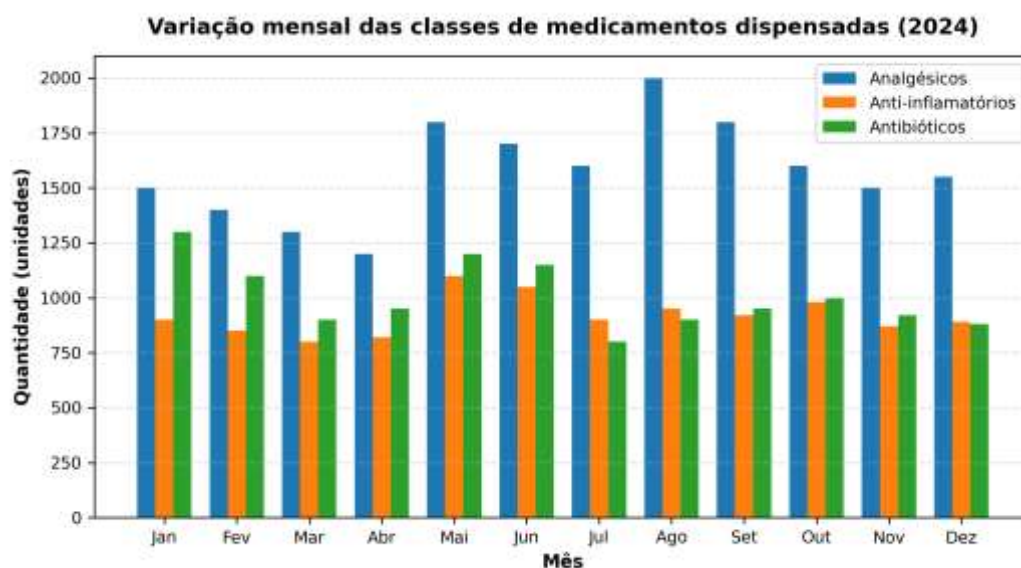
Fonte: Dados do estudo formulados pelos autores, 2026.

Quanto aos anti-inflamatórios, observou-se um padrão intermediário de dispensação, com diferenças marcantes entre as unidades. As UBS Jardim Esperança, Anexo Itamaraty e

Alexandrina registraram as médias mensais mais elevadas (800 a 900 unidades/mês), sugerindo maior demanda relativa dessa classe nesses territórios, em contraste com a UBS Abadia Lopes (137 unidades/mês). Os antibióticos apresentaram consumo relativamente homogêneo entre as UBS, com médias mensais variando de 228 (Abadia Lopes) a 650 unidades/mês (Parque Iracema).

Em relação à distribuição temporal, verificou-se uma variação sazonal evidente na dispensação de medicamentos ao longo de 2024. Os meses de maio, junho e agosto corresponderam aos picos de maior dispensação geral, enquanto março e julho registraram os menores volumes. Especificamente, os analgésicos apresentaram maior consumo entre maio e agosto, os anti-inflamatórios concentraram picos entre maio e junho, e os antibióticos tiveram maior demanda de janeiro a maio, supõe-se que esteja relacionado com variações climáticas e epidemiologias comuns de patologias próprias para este período na cidade de Anápolis em Goiás. (Figura 1).

Figura 1 - Variação mensal da dispensação de analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos nas UBS gerenciadas pela FUNEV no ano de 2024.



Fonte: Dados do estudo formulados pelos autores, 2026.

A análise detalhada dos princípios ativos mais dispensados dentro de cada classe farmacológica revelou a predominância de medicamentos de primeira linha padronizados pelo SUS. Dentre os analgésicos, a dipirona isolada destacou-se amplamente (média anual de 15.486

unidades), seguida do paracetamol (4.656 unidades), enquanto opioides como o tramadol apresentaram consumo muito baixo (média de 11 unidades). Na classe dos anti-inflamatórios, o ibuprofeno foi o mais dispensado (média de 2.153 unidades), seguido pela nimesulida (1.248 unidades) e diclofenaco (1.171 unidades). Entre os antimicrobianos, a amoxicilina isolada liderou a dispensação (média de 1.732 unidades), seguida pela cefalexina (1.200 unidades) e pela associação amoxicilina + clavulanato (1.134 unidades). Esses dados são apresentados por classe e por princípio ativo na Tabela 2.

Tabela 2 - Consumo total mínimo, máximo e média de consumo anual dos principais medicamentos dispensados por classe nas UBS em 2024.

CLASSE FARMACOLÓGICA	MEDICAÇÃO	CONSUMO MÍNIMO	CONSUMO MÁXIMO	MÉDIA ANUAL
ANALGÉSICO	Dipirona	7.166	33.842	15.486
ANALGÉSICO	Paracetamol	910	14.212	4.656
ANALGÉSICO	Tramadol	3	33	11
ANTI-INFLAMATÓRIO	Ibuprofeno	604	3.903	2.153
ANTI-INFLAMATÓRIO	Diclofenaco	136	2.336	1.171
ANTI-INFLAMATÓRIO	Nimesulida	362	2.702	1.248
ANTIBIÓTICOS	Amoxicilina	531	3.503	1.732
ANTIBIÓTICOS	Cefalexina	282	2.440	1.200
ANTIBIÓTICOS	Amoxicilina / clavulanato	135	1.864	1.134

Fonte: Dados do estudo formulados pelos próprios autores, 2026.

A caracterização quantitativa dos dados de 2024 evidencia uma nítida prevalência da dispensação de analgésicos e antitérmicos nas UBS analisadas, aliada a marcantes variações sazonais e à concentração do consumo em princípios ativos específicos, como dipirona, ibuprofeno e amoxicilina. Embora o perfil mapeado confirme a garantia de acesso e a plena adesão à Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), o expressivo volume dispensado e suas oscilações temporais requerem reflexões clínicas e epidemiológicas aprofundadas.

Na seção subsequente, esses achados serão confrontados com a literatura científica para discutir a adequação das práticas prescritivas, o impacto das sazonalidades nas infecções comunitárias e os desafios da promoção do uso racional de medicamentos na Atenção Básica.

DISCUSSÃO

O padrão de utilização de medicamentos em uma determinada região geográfica reflete diretamente as características demográficas, socioeconômicas e, sobretudo, o perfil epidemiológico de morbidade da população atendida, e isso ficou claro para os objetivos desse estudo, os quais detectaram esse padrão para a cidade de Anápolis, no Estado de Goiás. O conhecimento detalhado desses padrões é indispensável para a detecção de problemas de saúde prevalentes e para o planejamento de políticas públicas específicas para a população dessa região, sujeitas à acometimentos sazonais. (MOREIRA TA, et al., 2020). Na atenção primária, em especial, a avaliação da dispensação reflete a qualidade do cuidado prestado e o conhecimento dos profissionais em trabalhar com epidemiologia e compromisso com seus pacientes, fundamentando-se no princípio da integralidade do SUS (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

No âmbito dos antimicrobianos, a liderança da amoxicilina e da cefalexina observada nas UBS de Anápolis é coerente com achados de outros municípios brasileiros, como Teresina-PI, Leopólis-PR e Brasília-DF (GIACOMINI J, 2022; LIMA RF, et al., 2023). A amoxicilina é um beta-lactâmico de amplo espectro indicado para infecções comunitárias frequentes na atenção primária, tendo como as principais as afecções respiratórias e geniturinárias, enquanto a cefalexina destaca-se no tratamento de infecções dermatológicas e como alternativa terapêutica. Isso também pode suscitar o discurso de atenção à dispensação de antibióticos de amplo espectro, a fim de atentar-se para a vigilância farmacológica sobre a dessensibilização dos micróbios às estratégias existentes no mercado (LIMA et al. 2023). Quanto à análise temporal, pico de dispensação de antibióticos na primeira metade do ano coincide com o período chuvoso e o início das estações frias (outono/inverno), associando-se à maior incidência de infecções respiratórias agudas e gastroenterites bacterianas (CAPISTRANO GN, et al., 2024).

A alta demanda por anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs), com sobressalência do ibuprofeno (2.153 unidades/mês), reflete o envelhecimento populacional e o aumento de queixas álgicas decorrentes de afecções osteomusculares e articulares crônicas, padrão também identificado em estudos na APS em João Pessoa-PB (DOS SANTOS TS, et al., 2021). Chama

atenção a expressiva dispensação de nimesulida (1.248 unidades/mês), a despeito de alertas da Organização Mundial da Saúde sobre seus potenciais riscos hepatotóxicos, o que reforça a necessidade de orientações quanto ao uso prudente (FERREIRA TR e LOPES LC, 2016). O diclofenaco mantém lugar de destaque pelo baixo custo e eficácia comprovada em afecções agudas e crônicas, no entanto, também requer controle para dispensação, uma vez que se trata de um medicamento, que pelo seu perfil de seletividade, apresenta efeitos colaterais que devem ser levados em consideração principalmente em sua prescrição para crianças e para idosos comórbidos (GELLER M, et al., 2012).

Cabe discutir ainda sobre o alto número de dispensação de analgésicos no município de Anápolis. Entre os analgésicos, a dipirona e o paracetamol constituíram os pilares da dispensação sintomática. A dipirona, amplamente utilizada por suas propriedades analgésicas e antitérmicas de rápida ação, possui alta aceitabilidade e facilidade de prescrição (MOYSÉS DA, et al., 2024). O paracetamol consolida-se como opção segura, especialmente para pacientes com contraindicações aos AINEs ou disfunções gastrointestinais e para pacientes gestantes (WANNMACHER L, 2005). O perfil anapolino repete-se no Brasil, como fármaco individual líder a Dipirona seguida em Paracetamol e Buscopam compostos, que podem ser considerados analgésicos com efeito antipirético, e, especialmente, a Escopolamina, com efeito antiespasmótico, importante em cólicas abdominais. (MOREIRA TA, et al., 2020).

9

Cabe ressaltar, por fim, que todos os medicamentos com expressiva dispensação identificados neste estudo integram a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), evidenciando que as UBS, no município de Anápolis, geridas pela FUNEV cumprem a diretriz de forma concreta, atuando de forma a garantir resposta à demanda popular, e também acesso equitativo e gratuito aos fármacos prioritários recomendados pelo Ministério da Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo demonstram que a análise sistemática do perfil de dispensação de medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde é uma ferramenta indispensável para a gestão eficiente da Assistência Farmacêutica na atenção primária. A identificação do predomínio de analgésicos (dipirona e paracetamol), seguidos por antibióticos e anti-inflamatórios de primeira

linha, comprova o alinhamento das UBS com as demandas epidemiológicas locais e com a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME).

A verificação de sazonalidade no consumo, com picos nos meses de outono e inverno, subsidia o planejamento logístico preventivo para a aquisição e distribuição de insumos, prevenindo o desabastecimento das unidades. Recomenda-se o fortalecimento de estratégias educativas voltadas aos profissionais de saúde e usuários, com ênfase na promoção do uso racional de medicamentos, no combate à automedicação com AINEs e na conscientização sobre a prevenção da resistência bacteriana a antimicrobianos.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 338, de 6 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004.
2. CAPISTRANO GN, et al. Perfil Epidemiológico de Internações Por Doenças Infecciosas e Bacterianas em Menores de 5 anos, de 2017 a 2021. Revista Ciência Plural, 2024; 10(1): 1-15.
3. DOS SANTOS TS, et al. Análise quantitativa dos hipoglicemiantes, anti-hipertensivos e anti-inflamatórios não-esteroides (AINES) dispensados em uma unidade de saúde da família no município de João Pessoa - PB entre junho a setembro de 2020. Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research, 2021; 35(3): 2317-4404.
4. ESCOREL S, et al. O Programa de Saúde da Família e a construção de um novo modelo para a atenção básica no Brasil. Rev Panam Salud Pública, 2007; 21(2): 164-176.
5. FERREIRA TR, LOPES LC. Analysis of analgesic, antipyretic, and nonsteroidal anti-inflammatory drug use in pediatric prescriptions. Jornal de Pediatria, 2016; 92(1): 81-87.
6. GELLER M, et al. Utilização do diclofenaco na prática clínica: revisão das evidências terapêuticas e ações farmacológicas. Revista Brasileira de Clínica Médica, 2012; 10(1): 29-38.
7. GIACOMINI J. Padrões de uso de antimicrobianos na atenção básica à saúde em município do interior de São Paulo, Brasil. Monografia - Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Botucatu, 2022.
8. LEAL AAF, et al. Acesso a medicamentos pela população brasileira com base na Pesquisa Nacional de Saúde de 2019. PLOS ONE, 2023; 18(1): e0280599.
9. LIMA RF, et al. Análise de prescrições de uma Unidade Básica de Saúde na perspectiva da segurança do paciente. Revista Contexto & Saúde, 2023; 23(47): e12147.
10. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Nº 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1998.

11. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). Brasília: Ministério da Saúde, 2024.
12. MOREIRA TA, et al. Uso de medicamentos por adultos na atenção primária: inquérito em serviços de saúde de Minas Gerais, Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 2020; 23: e200025.
13. MOYSÉS DA, et al. Atenção farmacêutica no combate ao uso indiscriminado da dipirona: uma revisão. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2024; 10(1): 329-343.
14. OLIVEIRA LCF, ASSIS MMA, BARBONI AR. Assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde: da política nacional de medicamentos à atenção básica à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2010; 15(supl 3): 3561-3567.
15. WANNMACHER L. Paracetamol versus Dipirona: como mensurar o risco? *Uso Racional de Medicamentos: Temas Seleccionados*, 2005; 2(5): 1-6.